



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1856855 - PR (2020/0004715-4)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : J R N DA C M
ADVOGADO : CIBELLY NARDÃO MENDES - SP191264
RECORRIDO : J R DA C M
ADVOGADOS : MARÍLIA BARROS BREDAS - PR057936
DEMÉTRIUS COELHO SOUZA - PR024363N

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. MULTA AFASTADA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
2. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. Afasta-se a multa do parágrafo único do art. 1.026, §2º, do CPC/15 quando não se caracteriza o intento protetatório na interposição dos embargos de declaração.
5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
6. Recurso especial parcialmente conhecido e, na extensão, provido, apenas para afastar a multa prevista no art. 1.026, §2º, do CPC/15.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por J R N DA C M, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 03/08/2019.

Concluso ao gabinete em: 04/03/2020.

Ação: de exoneração de alimentos proposta por J R DA C M contra o ora recorrente, na qual alega que este último está com 22 anos de idade, e

que tem outra filha maior, com 18 anos, M E N da C M. Aduz que paga a cada um o valor correspondente a 2,75 salários mínimos mensais a título de pensão alimentícia, além das mensalidades escolares e respectivas matrículas, o que resulta em R\$ 1.991,00 para cada filho. Ocorre que o recorrente atingiu a maioridade, possui emprego fixo na biblioteca da Faculdade Arthur Thomas, mora em apartamento pago pela avó paterna e recebe desta uma ajuda mensal de RS 1.100,00 em dinheiro. Relata que a faculdade por ele frequentada, de Biblioteconomia na UEL - Universidade Estadual de Londrina, é gratuita, e, além disso, não conseguirá concluí-la no prazo previsto de quatro anos, em razão de ter reprovado. Sustenta que o recorrente tem proferido injúrias contra ele em seu perfil de rede social, o que enseja a exoneração com base no artigo 1.708, parágrafo único, do CC. Disse que suas condições financeiras diminuíram, que tinha uma propriedade rural e hoje só tem um veículo usado; que a genitora do recorrente, por sua vez, é abastada e não tem repassado a renda de usufruto do imóvel pertencente ao filho e tem que assumir a parcela de sua responsabilidade alimentar. Pugna pela redução liminar dos alimentos ao patamar de 35% do salário mínimo e, ao final, pela exoneração do encargo. Alternativamente, pela redução da verba alimentar ao valor da liminar, até a conclusão do curso de biblioteconomia em dezembro/2014.

Sentença: julgou procedente o pedido para exonerar o recorrido da obrigação alimentar em relação ao recorrente. Julgou extinta a reconvenção proposta pelo recorrente, com resolução do mérito.

Acórdão: deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pelo recorrido e negou provimento ao interposto pelo recorrente, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. RECONVENÇÃO DO RÉU. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO. PEDIDO DO AUTOR E DO RÉU JULGADOS PROCEDENTE E IMPROCEDENTE, RESPECTIVAMENTE. INSURGÊNCIA DE AMBAS AS PARTES. 1. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DO RECURSO DO RÉU. PERDA DE OBJETO DO PEDIDO CUJO ACOLHIMENTO GERARIA EFEITOS SOMENTE ATÉ O JULGAMENTO DO RECURSO. 2. JUÍZO DE MÉRITO. 2.1. APELO 01. RECURSO DO RÉU. MANUTENÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. FILHO QUE CONCLUIU DOIS CURSOS SUPERIORES E REÚNE CONDIÇÕES PARA PROMOVER O SEU PRÓPRIO SUSTENTO. NECESSIDADE DA PERCEPÇÃO DOS ALIMENTOS NÃO COMPROVADA. DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO. REPARAÇÃO

CIVIL. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO. PRAZO TRIENAL, DE ACORDO COM O ART. 206, § 3º, V, DO CÓDIGO CIVIL. TERMO INICIAL QUE SE DÁ COM O ALCANCE DA MAIORIDADE. PRETENSÃO DO RÉU FULMINADA PELA PRESCRIÇÃO. 2.2. APELO 02. MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. POSSIBILIDADE. NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS DO ART. 85, §§ 2º E 8º, DO CPC. APELO 01 PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO. APELO 02 CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Embargos de declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados com aplicação de multa.

Recurso especial: alega violação dos arts. 1.022, 1025 e 1.026, do CPC/15, art. 1º do Decreto 20.910/1932; arts. 9º, 168, 177 e 392, do CC/16; art. 50, do CC/02 e do art. 229 da CF/88, bem como dissídio jurisprudencial. Além da negativa de prestação jurisdicional, sustenta que o prazo referente à prescrição da pretensão de ressarcimento por abandono afetivo é indeterminado, tendo em vista que os danos são continuados. Defende que os casos de abandono afetivo são similares aos de responsabilidade civil por tortura, que são imprescritíveis. Alternativamente, defende que se for adotada a prescrição trienal, deve ser aplicada a regra do art. 2.028 do CC/02. Desse modo, *“tendo sido o prazo reduzido de vinte para três anos, transcorrido menos da metade do prazo, deve-se aplicar o novo lapso de três anos, a partir de 11 de janeiro de 2003, data da entrada em vigor do Código Civil de 2002”* (e-STJ fl. 182).

Parecer do MPF: da lavra do I. Subprocurador-Geral ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA, opina pelo conhecimento e parcial provimento do recurso especial, apenas para se afastar a multa aplicada em face dos embargos de declaração.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Da violação do art. 1022 do CPC/2015

A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.

É importante ressaltar que não basta a simples referência à oposição de embargos de declaração supostamente não analisados devidamente pelo Tribunal de origem, e sim destacar de maneira clara e objetiva quais as questões que não foram objeto de discussão e restaram, portanto,

omissas.

Desse modo, ante a argumentação genérica do recorrente acerca dos supostos pontos omissos, incide a Súmula 284/STF.

- Da violação de dispositivo constitucional

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 1º do Decreto 20.910/1932; 9º, 168, 177 e 392, do CC/16, e 50, do CC/02, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

O recorrente não apresentou adequadamente o dissídio jurisprudencial, devido a ausência de cotejo analítico entre os julgados, sendo certo, que para a demonstração da divergência não basta apenas a transcrição de ementas.

- Da multa por embargos de declaração protelatórios

Por fim, da análise dos autos, percebe-se que os embargos de declaração opostos pelo recorrente não possuem intuito protelatório, razão pela qual, de acordo com a Súmula 98/STJ, a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 deve ser afastada.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, a, do CPC/2015, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa parte, DOU-LHE PROVIMENTO, apenas para afastar a multa prevista no art. 1.026, §2º, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em R\$ 200,00 reais os honorários fixados anteriormente, observada a gratuidade de justiça deferida.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá

acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora